

Professores e instituições escolares no contexto do regionalismo mato-grossense

Teachers and school institutions in the context of the Mato Grosso region

Marisa Bittar*

Amarílio Ferreira Jr**

* Dra. em História Social pela USP. Professora do Departamento de Educação da UFSCar.
e-mail: bittar@ufscar.br

** Dr. em História Social pela USP. Professor do Departamento de Educação da UFSCar.
e-mail: ferreira@ufscar.br

Resumo

Este artigo discute a relação entre regionalismo, disputas políticas entre as elites agrárias de Mato Grosso e as instituições escolares na primeira metade do século XX. Aborda a influência das “professoras cuiabanas” na educação do sul do Estado e a percepção dos professores sobre dois momentos políticos na história de Mato Grosso: 1- a adesão de Campo Grande a São Paulo na insurreição de 1932; 2- o período de 1946 a 1965, quando a oligarquia pecuarista do sul se torna hegemônica na política estadual, estabelecendo a polaridade partidária entre a UDN e o PSD. Nos dois momentos, nossa intenção é revelar como eles influenciaram a vida das instituições escolares no sul de Mato Grosso e a percepção dos professores sobre a relação desses dois contextos políticos com o regionalismo que culminaria na divisão de Mato Grosso.

Palavras-chave

Instituições escolares. Professores. Regionalismo.

Abstract

This article discusses the relationship between regionalism, political disputes between the agrarian elite of Mato Grosso and the educational establishments of the first half of the twentieth century. It discusses the influence of “cuiabanas teachers” education in the southern State and the perception of teachers on two significant political moments in the history of Mato Grosso: 1- the accession of São Paulo to Campo Grande in the uprising of 1932, 2- the period from 1946 to 1965, when the oligarchy pastoralist southern becomes hegemonic policy in the state, setting the party polarity between the PSD and UDN. On two occasions, the intention of this article is to reveal how they influenced the life of educational establishments in the south of Mato Grosso and the perception of teachers on the relationship of these two political contexts with the regionalism that culminate in the division of Mato Grosso.

Key words

Educational institutions. Teachers. Regionalism.

Introdução

Tendo sido fator determinante na história de Mato Grosso, durante o século XX até a data da divisão do estado (1977), o regionalismo moldou a cultura política mato-grossense da época e influenciou a criação ou não de instituições escolares, tanto na Região Norte quanto na Sul. Elemento intrínseco da formação do sul de Mato Grosso, o regionalismo sulista acabou se convertendo em demanda da classe dos grandes proprietários de terras dessa região do antigo estado que, na disputa estabelecida com a elite nortista, acabou reivindicando a secessão de Mato Grosso de modo a satisfazer seus interesses de classe. O sul de Mato Grosso, desde a ocupação do solo por mineiros, paulistas e gaúchos, no final do século XIX, caracterizava-se pelo agrarismo, pela pecuária, pelos grandes latifúndios estendidos na imensidão do território, classificado de “vazio” pela geopolítica da época. Essa ocupação foi discrepante em relação à do norte, que datava do século XVIII e que, portanto, já havia sedimentado um núcleo povoador em Cuiabá e cercanias, região esta que, na verdade, não se situava no norte, mas no centro do antigo Estado.

Ocorreu, porém, que, no jargão sulista, o que se convencionou chamar de norte, era nada mais nada menos do que a capital, pois a disputa das elites agrárias sulistas pelo poder político tinha em Cuiabá o seu alvo: arrebatar a sua condição de capital passou a ser obsessão sulista. Desse modo, a disputa simplificou e cristalizou no termo “norte” toda a rejeição da elite sulista de ser governada por Cuiabá. Na década de 1940,

com o sul economicamente superior ao norte, a rivalidade se acentuou, prenunciando a divisão.

Em meio a esse aspecto histórico, as instituições sociais, culturais e políticas foram incorporando elementos de regionalismo que impregnaram todo o tecido social. Inicialmente, nascido da hegemonia econômica e, depois política, da elite latifundiária sulista, o regionalismo moldou a psicologia social das populações do sul e do norte, marcando as esferas da vida pública do Estado, inclusive da educação. No que diz respeito às instituições escolares, a Região Norte, por sediar a capital, foi mais precoce na sua criação, fato que ocorreu mais tardiamente no sul, gerando um sentimento de que o governo estadual não tinha interesse pela educação pública dessa região, o que se tornou um ingrediente a mais no antagonismo norte-sul.

As escolas criadas nas primeiras décadas do século XX e o ambiente em que atuaram os seus professores refletiam a cultura regionalista que dominava o sul de Mato Grosso. É sobre esta questão que trataremos neste artigo focalizando principalmente a cidade de Campo Grande, antagonista de Cuiabá na saga divisionista, para mostrarmos essa relação entre instituições escolares e vida política no então Mato Grosso uno em dois momentos históricos distintos: 1- a primeira metade da década de 1930, quando Campo Grande aderiu ao movimento paulista contra Getúlio Vargas e gerou uma nova elite política que passou a reivindicar a divisão do estado; 2- o período de 1946 a 1965, quando a elite política sulista se torna hegemônica no Estado,

suplantando a força da elite nortista, fato comprovado pelos resultados eleitorais do período.

De que maneira este contexto foi percebido pelos professores que atuaram nas instituições escolares do sul? Para elucidarmos este aspecto, adotamos o seguinte procedimento teórico-metodológico: partimos do princípio segundo o qual as instituições escolares do sul do Estado foram criadas sob o contexto político geral do regionalismo, que se refletia na disputa entre as elites do sul e do norte pelo poder estadual. Este poder, mais sensível às demandas da capital, retardou a criação de escolas públicas no sul, o que gerou duas conseqüências: a) a iniciativa particular para fundar escolas, suprimindo a ausência do poder público; b) a criação relativamente tardia de escolas públicas no sul, o que ocorreu inclusive por iniciativa de professores que já atuavam no setor público, como foi o caso do Ginásio Campo-Grandense. Essa segunda tendência ficou consagrada na iniciativa de Maria Constança de Barros, que sintetizou um outro traço da criação dessas instituições no sul de Mato Grosso: o papel das professoras cuiabanas. Desse modo, não deixa de ser interessante o fato de que, mesmo sob forte regionalismo que estigmatizava Cuiabá, a educação da época foi beneficiada pela ação enérgica, competente e marcante das professoras cuiabanas.

Para demonstrarmos essa relação entre as instituições escolares da época e o ambiente regionalista, optamos por utilizar depoimentos dos próprios professores que atuaram na região entre 1910 e 1970, pois nossa hipótese é a de que eles exerceram

papel de mediação entre os dois fenômenos. Portanto, por meio de sua atuação, aspectos de regionalismo poderiam ou não estar presentes nas instituições escolares. Buscamos conhecer o seu pensamento e a sua atuação, recorrendo ao livro *Memória da cultura e da educação em Mato Grosso do Sul*, de Maria da Glória Sá Rosa, que contém 29 depoimentos na íntegra, sem interpretação da autora. Em seguida, nós os estudamos de acordo com os temas que nos interessavam e os submetemos ao cotejamento entre memória e história, pois, a memória é uma reconstrução psíquica e intelectual baseada na representação seletiva do passado, portanto nunca é absolutamente segura. Consideramos ainda que a memória nunca é somente individual, mas de um indivíduo inserido num contexto social; assim, toda memória é, por definição, coletiva. De acordo com James Fentress e Cris Wickham (1992, p. 41-42), a memória social como expressão da experiência coletiva, quando necessário, deve ser confrontada com fontes documentais. Neste sentido, a memória social é uma fonte de conhecimento. Respaldados nessa teoria, analisamos os depoimentos de forma a responder à indagação que propusemos: de que maneira os professores viveram e interpretaram esses dois momentos políticos na história de Mato Grosso?

“Nem um livro e nem um tinteiro do Estado”

A precocidade da formação histórica do chamado norte de Mato Grosso, que, na designação dos divisionistas compreendia

simplesmente Cuiabá, explica a antecedência das instituições escolares naquela região do Estado em relação ao sul, cuja ocupação por mineiros, paulistas e gaúchos ocorreu pelo menos um século mais tarde. Cuiabá, tendo sido fundada no século XVIII, estava à frente nessa e em outras questões, o que fez com que, tão logo se formassem os primeiros núcleos povoadores no sul de Mato Grosso, no século XIX, os seus habitantes se sentissem negligenciados pelo poder estadual, gerando antagonismo com a capital. O fato, porém, se explica pelo hiato entre uma formação e outra, além da extrema dificuldade de comunicação entre as duas partes de um território cuja configuração era totalmente alongada no sentido norte-sul. O isolamento de uma em relação à outra propiciou o regionalismo como elemento intrínseco à própria formação histórica do sul de Mato Grosso. Nessa história, sul e norte jamais foram termos fictícios, e essa mesma história mostra que a projeção econômica do sul faria com que ele acabasse logrando êxito em fazer de sua principal cidade a capital de um novo estado.

Mas muito antes disso, Paranaíba, Nioaque e Miranda eram os raros núcleos urbanos do sul. Corumbá também figurava nesse rol, embora, historicamente, pelos laços de afinidade cultural com Cuiabá, não tenha se integrado ao antagonismo entre sulistas e nortistas. Campo Grande ainda não existia. Fundada em 1872, transitou de arraial perdido no sertão, vila caipira, entreposto comercial de gado e cidade que ganhou impulso com a chegada dos trilhos, começando a sobrepujar Nioaque, o principal centro político e urbano do sul de Mato

Grosso, na segunda década do século XX. Seu destino, segundo escreveu José de Melo e Silva em 1947, era promissor, portanto, não se poderia medir Campo Grande pelo que ela era, mas, sim, pelo que ela viria a ser. No início dessa mesma década, visitando a cidade, Getúlio Vargas havia declarado que ela já se tornara o centro econômico de todo o estado. A “profecia” de Melo e Silva começava a se concretizar e seria culminada em 1977, quando a cidade viesse a se tornar a capital de Mato Grosso do Sul.

Um dos traços de nascença de Campo Grande foi o fato de ela ter sido vista como negligenciada pelo poder público, desde a sua fundação até a divisão de Mato Grosso. Este fator – verdadeiro ou não – se constituiu em um dos elementos fundamentais da própria divisão. Observatório privilegiado desta ausência do poder público era a educação, sempre citada em discursos das lideranças sulistas para atacar o governo “de Cuiabá”, tal como denominavam o governo estadual que, segundo eles, relegava o sul do estado ao esquecimento e abandono. O primeiro mestre-escola de que se tem notícia na cidade, por exemplo, foi José Rodrigues Benfica, um gaúcho remanescente da Guerra do Paraguai (1865-1870), o primeiro que alfabetizou no “povoado abandonado nos sertões” e cuja permanência na freguesia só foi possível porque os seus moradores, por meio de um abaixo-assinado de 15 de setembro de 1895, mostraram interesse “pela educação da mocidade campo-grandense” (apud RODRIGUES, 1980, p. 64) conforme registrou José Barbosa Rodrigues no livro História de Campo Grande¹. O teor do do-

cumento é o seguinte:

Os abaixo assinados interessando-se pela educação da mocidade campo-grandense, uns por terem seus filhos, outros por terem parentes ou órfãos a quem lhes cabe o dever sagrado de educá-los e sem que possa ao menos dar-lhes as primeiras luzes de instrução por falta de um professor que, sendo os vencimentos que o Governo autoriza insuficientes para sua subsistência, não se sujeitam a aceitar o emprego, resolvem unanimemente a promoverem a presente subscrição que em auxílio a tão justo fim subscrevem com as quantias adiante declaradas que serão pagas mensalmente ao atual professor, Sr. José Rodrigues Benfca. Campo Grande, 15 de setembro de 1895. (apud RODRIGUES, 1980, p. 64)

Conforme lemos, ficou consignada a intenção dos próprios moradores arcarem com uma parte dos vencimentos do primeiro professor de Campo Grande, pois o que o governo pagava era insuficiente para a sua subsistência. Neste, e em outros documentos da mesma época, observamos a mesma iniciativa de suprir a ausência do poder público, o que começou a definir a imagem que a cidade tinha de si mesma como um lugar “abandonado” pelo governo “de Cuiabá”, embora devamos cogitar até que ponto essa imagem era verdadeira, pois, na mesma época, a construção da ferrovia Noroeste do Brasil, não atingiu Cuiabá, mas integrou o sul de Mato Grosso a São Paulo e à Bolívia, favorecendo principalmente Campo Grande e gerando sentimento de frustração na capital. Jornais da época revelam apreensão dos cuiabanos com este “abandono” e favorecimento do sul.

Quando Campo Grande foi elevada à condição de cidade, em 1918, discursou o seu primeiro juiz de direito, Arlindo de Andrade, recém-chegado do Nordeste, enaltecendo as possibilidades do “povoado”. Em meio a grandes festas comemorativas, realizadas nos dias 26 de agosto e 7 de setembro, no palanque armado no Jardim (atual Praça Ari Coelho), exaltou o progresso da cidade que nascia:

Festejamos hoje um acontecimento memorável, para nós habitantes deste município, feliz recanto da Pátria, nas terras avançadas da Fronteira. Fomos um povoado abandonado nos sertões até 1911; vila que fez-se graças à boa vontade de seus moradores, somos a cidade de hoje com um grande futuro decorrente da sua situação topográfica dominadora (...) a civilização marchando com o trem de ferro (...) transformou o vilarejo dos caboclos, dos catiras e mutiruns plantado no dorso da serra de Maracaju, nesta alegre cidade, banhada de sol e perfumada de flores de laranjeiras, que nós muito queremos por ser uma obra nossa (...). O progresso de nossa cidade depende de nós. (apud MACHADO, 1988, p. 38-40)

Observemos as expressões: “feliz recanto da pátria”, “terras avançadas da fronteira”, “povoado abandonado nos sertões”, “obra nossa”, “depende de nós”, todas elas denotando o sentimento de que Campo Grande não deveria esperar nada do governo estadual, mas fazer-se por si mesma, por obra de seus moradores. Neste sentido, Arlindo acrescentava que no futuro ela seria o “que fizemos por ela”, tanto nos serviços urbanos quanto na questão rural.

A cidade adentrou o século XX enfrentando problemas no setor educacional

e embalada pelo mesmo discurso sobre o seu abandono em contrapartida às ações públicas que privilegiavam unicamente Cuiabá. Em 1921, exercendo Arlindo de Andrade a intendência (cargo de prefeito), o problema era sério. Segundo Paulo Coelho Machado, havia quase dois mil candidatos às escolas e Campo Grande contava

com funcionamento apenas de seis estabelecimentos estaduais com 197 alunos, 3 municipais com 67 alunos e dois colégios particulares, além do Instituto Pestalozzi, subvencionado pela municipalidade, com 306 alunos, a Escola Republicana com 157, e onze escolas primárias particulares, espalhadas pela campanha com 206 alunos. Na cidade, a frequência total era de 727 alunos. Um déficit superior a mil vagas. (MACHADO, 1988, p. 45)

Ainda segundo o autor, Arlindo começou a enfrentar vários setores da administração, “num esforço enorme, diante dos exíguos recursos (...) e a completa indiferença do governo estadual” (MACHADO, 1988, p. 44-45). Havia então, segundo seus registros, pouco mais de 10 mil habitantes na cidade e cerca de 50 mil moradores em todo o município, que contava com dois jornais, O Sul e O Correio do Sul e “outros sinais de progresso”, como um cinema permanente, um banco e inúmeros estabelecimentos comerciais, além de dois colégios com curso secundário (MACHADO, 1988, p. 41).

Considerando o déficit educacional, o intendente contratou a construção do Grupo Escolar Joaquim Murtinho, na Avenida Afonso Pena, que se tornaria uma das escolas mais emblemáticas da cidade. Desde 1912, na presidência de Costa Marques,

o Grupo Escolar estava criado, mas não saía do papel, ou melhor, não saía da “pedra fundamental”, que havia sido lançada em 1918, na intendência de Arnaldo Estevão de Figueiredo, quando da visita do presidente D. Aquino a Campo Grande, de onde, durante dez dias, “governou Mato Grosso da Avenida Afonso” (RIBEIRO, s/d, p. 297). De acordo com o intendente, D. Aquino discursou afirmando que naquele ato “estava sendo sepultada a ignorância e erigida nova fase cultural do Estado”, enquanto ele próprio enfatizou que “naquela laje, sob frondosa árvore, como última resistência do sertão à obra de civilização”, dava “como enterrado o analfabetismo em Campo Grande” (RIBEIRO, s/d, p. 297). Constatamos que os políticos da elite dirigente sulista relacionavam “civilização” a “alfabetização”, no entanto, estava longe se ser enterrado o analfabetismo em Campo Grande.

Coube à administração municipal seguinte, exatamente a de Arlindo de Andrade, contratar a construção do Grupo Escolar, conforme escreveu Paulo Coelho Machado, enaltecendo a sua iniciativa e estabelecendo o contraste da situação do sul com a do norte. Conforme podemos ler, cidades do norte já estavam dotadas de instituições escolares, enquanto o sul achava-se carente delas:

Nossa população era bem maior na época do que Rosário Oeste, Poconé e Cáceres, cidades já dotadas dessas modernas unidades de ensino. Para não perder tempo, o intendente alugou um prédio particular, antes da construção, e o Grupo foi instalado provisoriamente. No seu relatório de fim de ano, Arlindo alude à necessidade de ser criado um instituto para o curso

secundário completo e Escola Normal, com instalações modernas, equiparado ao Liceu Cuiabano, devendo ter auxílio dos cofres públicos. (MACHADO, 1988, p. 45)

Para termos uma idéia mais precisa sobre a educação mato-grossense da época, lembremos que, até 1914, só havia um ginásio em Mato Grosso: o Liceu Cuiabano. O sistema de ensino de então era tão seletivo que o ginásio representava um grau de escolaridade ao qual pouquíssimos estudantes chegavam. Em Campo Grande, por exemplo, existiam poucas escolas primárias para as quais afluíam crianças de famílias abastadas e mestres normalistas recém-formados que foram, também, os primeiros a lecionar nos ginásios criados nos anos 1920 e, mais tarde, nos raros secundários de que a cidade dispunha. Quem eram esses mestres? Relembremos um pouco de suas vidas, do seu ofício e das suas escolas para que possamos compreender a educação da época.

Inicialmente, tratemos da divergência sobre ter sido ou não “as professoras cuiabanas” as pioneiras da educação campo-grandense. A literatura sobre a educação mato-grossense registra essa presença, mas, discordante desse pioneirismo, o professor Luis Alexandre de Oliveira, que, em 1923, fundou em sua própria casa, em Campo Grande, o Instituto Rui Barbosa, faz questão de citar Arlindo Lima, vindo do Nordeste para Aquidauana e que fundou, em 1915, o Instituto Pestalozzi. Esse Instituto foi transferido para Campo Grande em 1917. Ele lembra ainda que, no ano seguinte, Arlindo Lima foi a São Paulo contratar professoras para lecionar no Instituto, o qual funciona-

va numa casa alugada onde hoje é o Colégio Dom Bosco. Por essa razão, ele foi a semente desse importante colégio bem como dos cursos secundários que se seguiram. Constatamos até aqui que a iniciativa particular vinha atuando para suprir a ausência do poder público.

Que São Paulo tenha dado sua contribuição para o início da educação campo-grandense não resta dúvida, pois essa presença já vinha acontecendo muito antes, em Cuiabá. Quem nos relata é Maria Constança de Barros Machado, ao lembrar a sua trajetória escolar na capital mato-grossense. No livro *Memória da Cultura e da Educação em Mato Grosso do Sul*, de Maria da Glória Sá Rosa, ela conta que aprendeu a ler na Escola Barão de Melgaço, pelo método moderno, introduzido com as reformas do governador Pedro Celestino Correa da Costa:

A professora começava por frases, que eram decompostas em palavras, escritas no quadro-negro. Quando recebíamos o livro, já conhecíamos uma parte dele. Antes, as crianças aprendiam a ler pelo método sintético, da soletração, decorando letras, repetindo sílabas. (ROSA, 1990, p. 62)

Depois do primário, cursado com professoras “cotadas”, ela prestou exame de admissão para o curso complementar, que constava de dois anos, e preparava para a Escola Normal. Maria Constança ia parar por aí não fosse o empenho do então diretor da Escola Normal Pedro Celestino, professor Leovigildo Martins de Melo, que interveio junto à sua família argumentando que aquilo não podia acontecer de jeito nenhum com uma aluna tão aplicada. E foi graças a ele que a menina Constança fez

um curso que lhe deu excelente base para toda a vida, segundo suas palavras. “Isso graças à visão do governador Pedro Celestino Correa da Costa, que consciente da precariedade dos métodos de ensino da época, contratou seis ou oito normalistas em São Paulo para reformar a educação em Mato Grosso. O mais famoso deles foi o citado professor Leovigildo Martins de Melo, nomeado depois diretor da Escola Normal, fundada pelo governador Pedro Celestino, em 1910. Com muita coragem, renovou o sistema de alfabetização, mandando buscar uma cartilha em São Paulo, que introduzia as crianças diretamente na leitura. Participou da fundação da Escola Normal de Cuiabá e da inauguração de um grupo escolar em cada cidade de Mato Grosso” (ROSA, 1990, p. 62), afirma Maria Constança.

Se, de fato, foram fundados Grupos Escolares “em cada cidade de Mato Grosso”, como ela assevera, não nos foi possível averiguar. Quanto à participação paulista, se ela se fez presente na reforma da educação no norte de Mato Grosso, como não teria acontecido no sul, muito mais próximo de São Paulo geograficamente?

Mas o certo é que a influência de Cuiabá não ficou atrás na formação dos primeiros estabelecimentos de ensino de Campo Grande. Na capital mato-grossense, em 1917, recém-formada pela Escola Normal Pedro Celestino, “ansiosa para ser uma professorinha”, chegou a Campo Grande aquela que se tornaria um dos maiores nomes da educação de Mato Grosso: Maria Constança de Barros Machado. No livro já citado, ela relatou que, ao comentar com

parentes e amigos sobre a sua decisão de “tentar a sorte em Campo Grande”, eles se assustaram: “Você está louca? Em Campo Grande, todo dia matam gente na rua, em plena luz do dia. Ao que eu respondia: não vou para Campo Grande para andar na rua. Vou lecionar para crianças numa escola”. (ROSA, 1990, p. 63). Coincidentemente, ela desembarcou em 1918, ano em que a vila de dez mil habitantes, um matagal, segundo suas palavras, foi elevada à categoria de cidade. O inspetor do ensino primário, Arlindo de Andrade, deu-lhe posse como professora primária na primeira escola pública isolada do sexo feminino, em Campo Grande.

Depois de quatro anos, foi designada para o Grupo Escolar Joaquim Murtinho, que havia sido inaugurado em junho de 1921. Junto ao Grupo Escolar foi criada, em 1930, a Escola Normal Joaquim Murtinho, destinada à formação de professores. Para que ela funcionasse como convinha, o governador Aníbal de Toledo “contratou 8 a 10 professores em Cuiabá. Foram eles que constituíram o primeiro corpo docente da instituição: Simpliciana Correa, Helvecina Reveilleau, Ana Luísa Prado Bastos, Ovídio Correa, entre outros” (ROSA, 1990, p. 64). Todos esses professores trabalharam com “uma abnegação fora do comum” sob a sua direção, nos anos 1930, já que, em 1937, Maria Constança foi nomeada pelo interventor Júlio Muller vice-diretora do Grupo Escolar, passando a diretora no ano seguinte “pelo grau de confiança que o Governo depositava em meu trabalho” (ROSA, 1990, p. 64). Em 1939, ela propôs ao interventor a criação de um ginásio

estadual que pudesse resolver os problemas dos que precisavam continuar estudando e não tinham meios de pagar, pois na época, havia apenas três ginásios em Campo Grande: Osvaldo Cruz², Dom Bosco, e Colégio das Irmãs. Todos os três particulares.

A obtenção da autorização sinalizou o grau de prestígio de que já desfrutava a educadora cuiabana nessa época. A criação do Ginásio Estadual Campo-Grandense, primeiro ginásio público da cidade, se deveu à sua dedicação ao ensino público e capacidade de iniciativa, além, é claro, às relações políticas que ela mantinha. De 1939 a 1954, o Ginásio funcionou no prédio do Grupo Escolar Joaquim Murtinho e foi durante esse período que passou de Ginásio a Colégio (1952), um novo feito que Maria Constança conseguiu graças à reputação de que gozava com o governador do estado, Fernando Correa da Costa. Muito dedicada aos alunos, pois “tudo que eu podia fazer em benefício deles, principalmente se eram pobres, eu fazia” (ROSA, 1990, p. 64), ela conta que, sensibilizada pela situação dos que desejavam prosseguir estudos mas, não tinham condições de pagá-los, foi “ao Dr. Fernando” e expôs o seu plano, ao que ele lhe fez ver que não dispunha de recursos para nomear novos professores. Foi então que Maria Constança disse que “daria um jeito” (ROSA, 1990, p. 67). O “jeito” consistiu no seguinte: ela conseguiu dos professores do Ginásio que eles se comprometessem a lecionar no curso colegial sem qualquer acréscimo em seus vencimentos, o que fizeram durante dois anos, denotando um perfil de professor que se sujeitava a trabalhar além de

sua jornada normal sem qualquer remuneração adicional.

Ainda de acordo com Maria Constança, o Colégio Estadual funcionava otimamente na parte de ensino e no relacionamento entre professor e aluno, mas as instalações eram péssimas. Prédio velho, carteiras quebradas, banheiros precários, o que tornava um sacrifício o processo de ensino-aprendizagem, tanto para os professores quanto para os alunos. Em 1954, quando Campo Grande já era a cidade mais populosa do estado, foi inaugurado o prédio novo, dentro dos modernos princípios da arquitetura, com projeto de Oscar Niemeyer, que se tornou orgulho do patrimônio público da cidade. Além de preciosidade arquitetônica, ele logo ganhou fama de ser o melhor estabelecimento de ensino secundário da cidade e, segundo Maria Constança, isso se deveu aos seus professores, “de modo que havia briga entre as famílias para conseguirem uma vaga”; ela gostava de citar também que “muita gente que ocupa cargos importantes passou pelos bancos do Estadual, como Juvêncio César da Fonseca, João Leite Schimidt, Ricardo Brandão, Alan Pithan, Suely Neder, Ricardo Bacha e tantos outros” (ROSA, 1990, p. 65). A inauguração do Colégio Estadual Campo-Grandense foi um acontecimento memorável na vida de Campo Grande, com a presença de Fernando Correa da Costa, que havia acompanhado a diretora Maria Constança em várias etapas da construção, conforme seu relato:

Dr. Fernando era muito simples, dinâmico, não tinha etiquetas, ia pessoalmente, sem guarda-costas ou assessores inspecionar

serviços e obras. Comentei que o banheiro das meninas não ficava bem, pois estava localizado em frente ao dos meninos, ao que ele retrucou: Ora, Constança, essas coisas não existem mais. Estamos no século XX, meninos e meninas precisam conviver sem os tabus do passado. (ROSA, 1990, p. 67)

Maria Constança imprimiu nessa escola e em toda a educação da época a sua marca de educadora enérgica e extremamente dedicada, constituindo-se, talvez, em um caso raro de identidade entre um profissional e uma instituição escolar. A identidade era tanta que, no futuro, aquela instituição, que se conectou com a sua própria vida, haveria de mudar o seu nome para “Escola Estadual de 1º e 2º graus Maria Constança de Barros Machado”. Esse acontecimento, em 30 de abril de 1971 coincidiu com a reforma educacional do regime militar, que promoveu a expansão quantitativa da educação pública criando, em conseqüência, uma nova categoria docente. Além disso, 1970 é o marco cronológico final da atuação dos professores cujos depoimentos estamos utilizando.

“Formamos o batalhão Visconde de Taunay e nos aquartelamos na Escola Normal”

Conforme assinalamos na introdução, elegemos o momento político de 1932 para evidenciarmos a influência do regionalismo na vida das instituições escolares no sul de Mato Grosso porque os episódios que aquele ano gerou configuraram uma nova elite política que passou a reivindicar a divisão do estado.

Do ponto de vista nacional, 1932 constituiu-se numa tentativa paulista de fazer voltar ao poder da República as forças desalojadas pela Revolução de 1930. São Paulo, com o até então inabalável domínio de sua oligarquia cafeeira foi o estado que mais se sentiu prejudicado com a ruptura político-institucional promovida com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder em 1930, o que inaugurou uma nova ordem político-econômica no Brasil. Conforme Vargas foi nomeando interventores para assumir o poder estadual em cada unidade federativa, e com isto, desarticulando as oligarquias regionais, São Paulo ia erguendo a bandeira da “constitucionalização” do país, uma vez que a Constituição de 1889 se tornara letra morta tão logo Vargas assumira a presidência. Os paulistas viram nisso claros indícios de autoritarismo: Vargas começa a ser chamado de ditador e uma “revolução” passa a ser a saída paulista para derrubá-lo. Foi assim que eclodiu o 9 de julho de 1932.

Para a sua “revolução”, os paulistas estavam certos de que não ficariam sós. De Mato Grosso, esperavam-se cinco mil homens que se juntariam aos paulistas, mas o fato é que, de terras mato-grossenses, partiram bem menos do que o esperado e isto porque apenas o sul do estado aderiu a São Paulo, enquanto Cuiabá permaneceu legalista. O mais interessante é que, na eleição de 1930, a candidatura de Vargas, que se opunha à oligarquia agrária representada por São Paulo e Minas Gerais, foi apoiada por Campo Grande enquanto Cuiabá ficou com o candidato da situação. Depois que Vargas assumiu o poder, entretanto, as

elites nortistas mudaram de posição, passando a apoiá-lo abertamente. Esse episódio distinguiu claramente as posições políticas divergentes entre as duas elites do estado: o sul se alinhando a São Paulo e o norte permanecendo legalista, fiel ao governo federal. Foi o divisor de águas na política mato-grossense, pois a partir daí, o regionalismo recrudesciu.

Se a tropa de cinco mil homens que deveria marchar com a “revolução paulista” nunca chegou a São Paulo, isto não significa que Mato Grosso tenha se ausentado da luta: batalhões deixaram Campo Grande e seguiram em auxílio dos paulistas. Entre esses batalhões encontrava-se o Gato Preto, comandado por Henrique Barbosa Martins, cujo filho, Wilson Barbosa Martins, lembrou o episódio declarando que, contaminado pelas pregações dos revolucionários, fugiu do internato e correu para a estação ferroviária na esperança de embarcar com os soldados, mas ganhou um “pito” do pai e teve de ficar. Referindo-se a Campo Grande, lembra-se de que, atrás dos combatentes, ficou “uma grande praça revolucionária”, pois havia enorme mobilização na cidade e o engajamento era total: “Até os professores davam aulas uniformizados” (MARTINS, 1995, p, 4). As tropas sulistas, sob o comando de Vespasiano Barbosa Martins, se juntaram às paulistas, mas a superioridade de forças getulistas era crescente, o que determinou a sua vitória em pouco mais de dois meses: em outubro, a insurreição estava debelada e Vargas mais fortalecido do que antes. A derrota paulista foi humilhante, mas a adesão de Campo Grande a esse movimento distanciou a eli-

te política do sul em relação a Cuiabá e deu ao regionalismo o tom de divisionismo: foi após o malogro de 1932 que se criou a Liga Sul-Mato-Grossense, que, pela primeira vez, pleiteou em documento a divisão de Mato Grosso. Nascia aí uma nova elite política, parte dela divisionista.

Mas, como repercutiu o movimento de 1932 no ambiente escolar de Campo Grande que, segundo as lembranças de Wilson Barbosa Martins, ficara uma “praça revolucionária” na qual “até os professores davam aulas uniformizados”?

Um desses professores “uniformizados” era Múcio Teixeira Júnior, o então diretor da Escola Normal que funcionava no Grupo Escolar Joaquim Murinho e que nos conta que, na época, era “da política de Washington Luís”, o presidente deposto em 1930 por Getúlio Vargas. Ele, que “não tinha medo de morrer”, se engajou totalmente, escondendo-se em casas alheias, dormindo debaixo de chuva, pulando muros, sempre de fuzil na mão, conforme relatou:

Em 1932, quando rebentou a revolução, eu era diretor da Escola Normal, para a qual fora nomeado em 1929 pelo Interventor do Estado, Antônio Mena Gonçalves. Junto com o comandante da 9ª Região Militar, Bertoldo Klinger, formamos o batalhão Visconde de Taunay e nos aquartelamos na Escola Normal. Dali, saímos para o combate. (ROSA, 1990, p. 48)

Faziam parte desse batalhão Vespasiano Barbosa Martins, que, durante o movimento, instalou um governo paralelo em Campo Grande e conclamava todos os mato-grossenses, do norte e do sul, a se juntarem na luta contra a “ditadura”. Sua intenção implícita era transformar Campo

Grande em capital de todos os mato-grossenses, caso o movimento fosse vitorioso.

Quanto a Múcio, foi exonerado do cargo de diretor da Escola Normal após a derrota de 1932, mas não foi a demissão que o indignou e, sim, a atitude de “um tenentinho idiota” que foi à escola recolher armas sem ao menos lhe falar, conforme lembrou no livro de Maria da Glória Sá Rosa:

Nunca aceitei imposições. Quando a Revolução de 32 terminou, um tenentinho idiota entrou no prédio da Escola Normal e, sem falar comigo, deu ordem a um sargento para pegar as armas que estavam recolhidas e levá-las para o Quartel General. Aí eu reagi: o senhor não leva arma nenhuma! (ROSA, 1990, p. 50)

Outro professor que tomou consciência dos fatos relacionados a 1930 e 1932, embora sem a participação engajada de Múcio Teixeira, foi Luís Alexandre de Oliveira. Ele narrou que, na Revolução de 1930, a sua atuação consistiu principalmente em fazer discursos, assim como outras lideranças de Campo Grande favoráveis a Getúlio Vargas. Em seu entendimento, 1930 trouxe conseqüências duradouras e definitivas para Mato Grosso. Sintetizando seu significado, assinala que:

a grande vantagem da revolução de 30 foi tornar Campo Grande uma cidade tão forte quanto Cuiabá. A partir de então, Cuiabá não conseguiu mais fazer política independente de Campo Grande porque tomou consciência da potência desta cidade. (...). O Norte passou a reconhecer a hegemonia do Sul, que repercutia na vida política de todo o Estado. De sorte que a divisão do Estado não foi essa coisa ab-

surda ou prematura como querem alguns. (ROSA, 1990, p. 36)

A maioria dos professores da época, porém, embora tenha sido contemporânea desses decisivos acontecimentos, não se envolveu, deixando de perceber o seu significado político para a cidade. O fato é mais instigante no que diz respeito à adesão de Campo Grande a São Paulo, em 1932, pois praticamente todos os professores da cidade sabiam dela, até porque o Quartel General, na Avenida Afonso Pena, situava-se em frente à principal escola pública campograndense: o Grupo Escolar Joaquim Murtinho. A propósito, eis o que relatou a professora Luísa Vidal:

Em matéria de acontecimentos políticos, vivíamos alienados, à margem dos fatos, tomando parte em festas e competições, sem discutir, nem comentar o que estava se passando na esfera social, suas causas e conseqüências. Na época da Revolução Constitucionalista, participávamos de todas as festas, desfiles alusivos ao fato, mas nunca pensamos no que ela significou. (ROSA, 1990, p. 58)

Percebemos uma auto-crítica contida neste depoimento, especialmente considerando que Luísa Vidal declarou que estavam “sempre dentro do Quartel” e que até seu marido havia sido “soldado constitucionalista”, mas tanto professores quanto alunos não tinham “senso crítico para analisar os fatos”. São suas as palavras:

Mato Grosso foi o primeiro estado do Brasil a tomar parte na Revolução Constitucionalista e por isso estávamos sempre dentro do Quartel General, de suas festas, ou no Rádio Clube, nas muitas manifestações que ali se faziam. Mas era algo de aparências, não tocava o nosso íntimo, nem o

dos alunos, porque nos faltava senso crítico para analisar os fatos. (ROSA, 1990, p. 58)

Da mesma maneira, Maria Constança confirma essa percepção ao afirmar que “os professores daquelas longínquas décadas de 30, 40 e 50 participavam pouco ou nada de política. Os movimentos de 30 e 32 passaram por nós sem deixar marcas em nossas lembranças” (ROSA, 1990, p. 66).

De fato, a alusão a festas, comemorações cívicas, maratonas culturais, está presente em quase todos os depoimentos dos 29 professores entrevistados no livro *Memória da cultura e da educação de Mato Grosso do Sul*. A própria Maria Constança deu muito valor a essas atividades em seu relato, inclusive na época da ditadura Vargas (1937-1945), conforme lemos:

Eu me preocupava com a parte cultural do Ginásio Campo-Grandense. Estimulei a criação do Grêmio Literário Machado de Assis, que promovia festas, com cantos, discursos, declamações. Como estávamos em plena ditadura de Getúlio Vargas, essas festas costumavam terminar com as crianças dando vivas ao presidente e à diretora. No final, a caixa escolar do Grêmio oferecia sanduíches e doces aos alunos e convidados. Tudo terminava em festa. (ROSA, 1990, p. 66)

Quanto à ausência de posição política, talvez se possa estabelecer uma relação dessa característica com o perfil da profissão na época. Nessa perspectiva, a primeira frase do seguinte excerto de Maria Constança é emblemática:

O professorado daqueles anos 30 era de uma abnegação fora do comum. O grupo constituído por Helvecina Reveilleau, Elisa

Silva, Maria Rita de Oliveira, Benedita Vaz, Vitália Antônia da Silva deixou em todo o Estado uma grande tradição de competência e de responsabilidade. Cada uma cumpria seu dever, independente de solicitação do diretor, de variação de tempo, do baixo salário. Como resultado, o curso primário fornecia uma base que deixava a criança segura para continuar os estudos, dispondo de conhecimentos gerais, de cultura. Essas professoras todas trabalharam sob minha direção no Grupo Escolar Joaquim Murtinho. (ROSA, 1990, p. 64)

Outro fator relevante para a alienação política pode ter sido a instabilidade na qual viviam os professores, sempre dependendo de nomeações dos governantes do momento, conforme lemos no depoimento de Ayd Camargo César:

Formei-me em 1934, mas só consegui ser nomeada em 1938. Enquanto isso, fiquei em casa dando aulas particulares. Consegui uma vaga no Grupo Escolar Joaquim Murtinho, onde convivi com excelentes colegas, como dona Elisa Silva, Dona Maria Rita de Oliveira, Dona Augusta Cunha Chaves (Zizinha), Dona Joana Daubian Ferreira, Dona Simpliciana Correa, todas cuiabanas e competentes. (...) Nosso salário era de cento e sessenta mil réis por mês. As professoras andavam bem vestidas: iam à aula de sapato de salto, vestido de seda. Dona Elisa usava roupas de opala, blusas de cambraia-de-linho. Anos depois, vi professoras dando aulas de chinelo de borracha, com o declínio de nosso padrão orçamentário. Só consegui ser nomeada para o Joaquim Murtinho e infiltrar-me na turma das professoras cuiabanas porque era praticamente sobrinha do prefeito. Elas formavam um reduto privilegiado, protegido pela política do Norte. (ROSA, 1990, p. 40)

Ainda com relação ao regionalismo, ela acrescenta interessante informação:

O diretor da Escola Normal Joaquim Murtinho era o professor Múcio Teixeira. Se a Escola Normal de Cuiabá era modelo, a nossa deixava a desejar. Tanto o aprendizado quanto o material didático eram extremamente deficientes. Havia professores esforçados e outros que estavam ali só porque tinham influência política". (ROSA, 1990, p. 40)

Não dispomos de elementos para concluir sobre a distinção de qualidade das duas escolas, mas o fato é que a Escola Normal Joaquim Murtinho foi fechada em 1940, só voltando a funcionar em 1947, para lamento de outros professores, como Múcio Teixeira Junior e Maria Constança. Mas, voltando ao relato de Ayd Camargo César, ainda tratando da capital, ela afirma: "Cuiabá não cobrava nada de nós, mas também não fornecia qualquer tipo de ajuda. Se a gente escrevia pedindo orientação ou qualquer opinião, recebia o silêncio em troca" (ROSA, 1990, p. 42).

Tal como no seu depoimento, a recorrência à política do "norte" está presente em outros relatos, como o do professor Luís Alexandre de Oliveira. Ele conta, por exemplo, que, em 1930, iria prestar um concurso para professor de Geografia na Escola Normal, em Campo Grande. Mas, sendo "oposição", recebeu um recado do governador da época, Leônidas de Matos, de que nada adiantaria se inscrever porque, mesmo se passasse, não seria nomeado. Ele, porém, avisou que faria o concurso de qualquer maneira, quer fosse aproveitado ou não. E o resultado foi a não realização do concurso, por medo de o enfrentarem. Ainda

segundo ele, as candidatas eram "a professora galega (Ana Luísa Prado Bastos) e a professora Noêmia Freire, ambas cuiabanas e muito bem calçadas na política" (ROSA, 1990, p. 33). Luís Alexandre guardou consigo a tese que preparara abordando aspectos da Geografia Astronômica e, desgostoso com a situação, vendeu o Instituto Rui Barbosa e foi para o Rio de Janeiro, onde lecionou e estudou Direito, regressando a Campo Grande em 1937. Quando relatou esses fatos, confessou que ter sido barrado no concurso de 1930 foi uma benção em sua vida, pois lhe permitiu "conhecer novos horizontes e escapar à mediocridade provinciana da época" (ROSA, 1990, p. 33).

Quem sabe o ambiente provinciano ao qual ele se refere possa ser compreendido pelas palavras de Joana Evangelina de Mattos Martins, nascida em Rosário Oeste, que estudou na rigorosa Escola Normal Pedro Celestino, de Cuiabá, e depois se transferiu para Corumbá e Três Lagoas. Ela afirmou que "em 1932, vivia as ilusões do meu tempo de moça e não me lembro do movimento separatista, só mais tarde é que vim conhecê-lo através da história" (ROSA, 1990, p. 145).

A história, para a qual a professora Joana não estava atenta, registra que, após o fracasso de 1932, foi criada a Liga Sul-Mato-Grossense, que postulou a divisão de Mato Grosso argumentando que toda as vezes que o sul "tentou entender-se com os poderes públicos no sentido de obter equidade (...) só viu crescer contra a si o arbítrio e a intolerância do governo" (Liga Sul-Mato-Grossense, 1934, p. V) . No documento intitulado Resposta ao General

Rondon, de 1934, os divisionistas denunciavam o desprezo e o esquecimento a que o sul era relegado pelo Estado, que não lhe trazia “auxílio algum” e criticavam veementemente a situação “da instrução pública”, pois, enquanto o governo aparelhava o centro-norte de escolas, o sul se encontrava sem “um móvel do Estado (...) nem um livro, nem um tinteiro do Estado. E os professores? São técnicos? Nunca. Um ou outro com alguma competência” (RONDON, 1934, p. 21-24).

“A tradição do sobe e desce em Mato Grosso, de acordo com os partidos políticos”

Terminada a ditadura Vargas em 1945, o Brasil voltou a conviver com os partidos políticos, mas a democracia política logo foi limitada pelo contexto internacional da Guerra Fria que dividiu, ideologicamente, o mundo em dois blocos. Este foi o traço político definidor da época, que culminou, no Brasil, com outro golpe de Estado: o de 31 de março, que instaurou a ditadura militar. E seria exatamente sob esta ditadura que Mato Grosso viria a ser dividido, contemplando os seculares interesses da elite pecuarista do sul.

Durante esse período, que começou com o fim da uma ditadura e terminou com a instauração de outra, o nacional-populismo chegou ao auge, isto é, o modelo getulista de desenvolvimento econômico baseado no nacionalismo tendo o populismo como traço da vida política nacional. No sistema partidário, o nacional-populismo estava representado pelo Partido Social

Democrático (PSD) e pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ambos getulistas. Já os contrários a Getúlio se organizaram na União Democrática Nacional (UDN). Em Mato Grosso, de forma simplificada, podemos dizer que o PSD era forte no norte porque concentrava a elite dirigente de Cuiabá, que, portanto, havia apoiado Getúlio Vargas desde 1930. Já no sul, a UDN se organizou entre os grandes proprietários de terras, a elite latifundiária sul-mato-grossense, anti-getulista desde 1932. No que diz respeito ao regionalismo, essa classe se dividia entre aqueles que queriam a divisão de Mato Grosso e os que eram anti-divisionistas. Portanto, não havia unidade quanto a esta questão, pois o divisionismo nunca uniu os grandes fazendeiros sulistas³.

Exerceu também significativa importância no sul o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que se organizou principalmente na região de Dourados, por influência de gaúchos getulistas, arregimentando lideranças próximas à esquerda. Durante todo esse período, o PTB funcionou como uma espécie de pêndulo, pois, com a polaridade entre UDN (sul) e PSD (norte), os seus votos decidiam os pleitos eleitorais em Mato Grosso. Por essa razão, era sempre cobiçado por um dos dois partidos principais em todas as eleições. Além disso, por ter abrigado militantes comunistas do PCB depois que este partido foi posto na ilegalidade (1947), ficou conhecido no período como o partido da esquerda em Mato Grosso.

Outra importante característica da política mato-grossense da época foi que a elite do sul do estado suplantou definitivamente a do norte tanto no poder

legislativo quanto no executivo. Para confirmar esta hegemonia sulista, basta observarmos que, dos quatro governadores que Mato Grosso elegeu nas eleições de 1947 a 1965, apenas João Ponce de Arruda (PSD) era do norte. Os outros três foram do sul: Arnaldo Estevão de Figueiredo (PSD), Fernando Correa da Costa (UDN, dois mandatos) e Pedro Pedrossian (PSD). Além disso, há mais uma peculiaridade que evidencia a força da oligarquia agrária sulista: as duas vitórias de Fernando Correa da Costa – a primeira em 1950 e a segunda em 1960 – ocorreram sobre a candidatura de Filinto Müller, cuiabano, o político mais poderoso de Mato Grosso e homem da confiança de Getúlio Vargas, cuja maior aspiração era ser governador de seu estado. Essa hegemonia poderia desmontar o discurso divisionista da elite sulista sobre a sua alegada sub-representação no cenário político mato-grossense, entretanto, o discurso tantas vezes repetido sobre a sua discriminação pela “política do norte” foi se tornando uma espécie de verdade, aceita pelo senso comum e pelos professores também, o que revela ausência de posição própria por parte deles e adesão às idéias veiculadas pela elite da época. Mesmo o fato de que o sul de Mato Grosso, desde a década de 40, superava economicamente o norte não desfez a representação dos separatistas segundo a qual a região continuava abandonada pela política de Cuiabá. Esses ingredientes formaram, desde os anos 30, a ideologia divisionista encabeçada pela classe dos grandes proprietários rurais do sul de Mato Grosso e, embora quase sem chances de ser vitoriosa, acabaria se conjugando à geopolítica

do regime militar, que, finalmente, em 1977, promoveu a divisão do estado sem qualquer consulta às partes interessadas.

Mas voltemos ao objetivo central de nosso artigo. De que maneira a dualidade política entre a UDN e o PSD se expressaram na vida educacional do sul de Mato Grosso? Que elementos do divisionismo podem ser captados na compreensão que os professores da época tinham da política estadual? Se nos reportarmos às entrevistas que estamos utilizando, constataremos que todos os professores mencionaram a rivalidade entre os dois partidos como o traço político marcante da época. Entretanto, não identificaram nessa dualidade os reais interesses dessa classe, incluindo a obsessão pela divisão de Mato Grosso.

Lembre-mo-nos inicialmente de Maria Constança, para quem, naquelas longínquas décadas de 1930, 1940 e 1950, os professores trabalhavam muito e ganhavam pouco, mas mesmo assim participavam pouco ou quase nada da política. Ainda segundo ela:

a vida do professor era feita de insegurança: financeira, política e emocional. Entrava-se no magistério através da influência de algum pistolão, mais tarde, se mudava o governo, quem era contra, lia no jornal a sua exoneração. Todo mundo era interino – não se falava em concurso de efetivação, nem tampouco em aumento. Não se tinha direito a previdência social (...). Apesar disso, ninguém fazia greve, ninguém se revoltava. (ROSA, 1990, p. 66)

Para exemplificar o ambiente de instabilidade e a forma pela qual os professores eram tratados pelos governos, ela relembra um episódio de 1954 em que um

grupo de professores enviou diretamente ao governador Fernando Correa da Costa um abaixo-assinado solicitando efetivação. Segundo ela, “Dr. Fernando devolveu o documento à direção da escola sem dar qualquer satisfação aos professores. Naquele tempo, tudo tinha de ser controlado pela direção. Se o documento não passava pelos canais, retornava ao emissor” (ROSA, 1990, p. 66).

Maria Constança era udenista declarada e tinha do governador Fernando Correa da Costa total apoio em todas as suas decisões, asseverando que ele nunca nomeou ninguém sem a consultar, nem deixou de nomear os que ela indicava. Em 1954, logo depois da inauguração do Colégio Estadual, chegava ao fim o primeiro governo de Fernando Correa da Costa a quem ela era vinculada politicamente, conforme seu relato:

Como membro ativo da UDN, trabalhei muito pelo partido, indo a todos os comícios, visitando os bairros, ajudando a cadastrar eleitores. Na escola, não permitia que ninguém fizesse política, falasse de seus candidatos com os alunos, como acontece hoje. Infelizmente, a UDN não conseguiu a vitória, nosso candidato Rachid Saldanha Derzi foi derrotado pelo João Ponce de Arruda do PSD. (ROSA, 1990, p. 69)

Mas o seu líder político voltaria a governar Mato Grosso, pois venceria a eleição de 1960 derrotando pela segunda vez Filinto Müller. Tal como Maria Constança, o professor Luis Alexandre de Oliveira também pertencia aos quadros da UDN, tendo sido eleito deputado pela legenda em 1947. Ele assinala:

Meu partido era a UDN. Era engraçado. UDN e PSD sempre se revesavam, mas

quando o PSD subia, Dr. Fernando fazia uma reunião a portas fechadas com o João Ponce e dava a ele a lista dos protegidos da UDN, que ele não queria ver demitidos. Se a UDN ganhava, João Ponce fazia o mesmo com o Fernando. Quer dizer, cada um deles tinha sua corriola que nunca saía do Governo. Os protegidos dos governadores nunca eram demitidos. (ROSA, 1990, p. 36)

Seu depoimento esclarece o fato de que alguns professores permaneciam sempre nas instituições em que já trabalhavam enquanto outros, sem essa “proteção”, ficavam à mercê do jogo político-eleitoral, como descreve, por exemplo, a professora Esmeraldina Malhado, que, nascida em Cuiabá, depois de ter ensinado em Coxipó do Ouro e Cáceres, transferiu-se para Aquidauana, onde, primeiramente lecionou na margem direita do rio, mas depois a política a jogou para o lado esquerdo do rio (Anastácio). Essa sofrida professora, que não escolheu a profissão, mas foi “empurrada para ela”, por ser cuiabana foi discriminada nos dois momentos históricos que aqui estamos analisando. Em 1932, foi insultada, sua casa alvejada por tiros, seguidos de “viva Getúlio Vargas”, certamente porque o sul de Mato Grosso aderiu a São Paulo na insurreição anti-getulista enquanto Cuiabá permaneceu com Getúlio. Finda a ditadura Vargas, ela foi alvo das perseguições políticas da UDN, segundo conta:

Os políticos nunca dedicaram atenção ao ensino. Só se preocupavam em perseguir professores que não eram do partido deles. Eu pertencia ao PSD, era ligada à política do governador João Ponce de Arruda e, por causa disso, fui perseguida pelo pessoal da UDN”. (ROSA, 1990, p. 97)

Já a professora Magali Baruki, para quem “a política imperava naquele tempo”, (ROSA, 1990, p. 113) pertencia a uma família influente de Corumbá, seu pai era filiado ao PSD, e ela havia subido ao palanque de Filinto Müller na campanha de 1950 na qual vencera Fernando Correa da Costa (UDN), ato que resultou em sua demissão do Ginásio Dois de Julho e do Grupo Escolar Afonso Pena, em Três Lagoas, e na sua volta à sua cidade natal. Entretanto, já em Corumbá, acabou alçada à condição de diretora do Grupo Escolar Luís de Albuquerque, em 1951, por indicação do Diretório da UDN, com a qual concordou o governador eleito. Segundo ela, Fernando Correa da Costa foi o melhor governador que os professores tiveram, pois ele os respeitava e os aquinhoava com um abono que correspondia ao décimo terceiro salário e que, enquanto ele fosse governador, ninguém a tiraria do cargo por ela estar correspondendo à sua confiança, o que revela o grau de dependência a que os professores eram sujeitos, sem que tivessem, na maioria dos casos, consciência disso.

Em meio a um jogo político tão acirrado, aqueles que não tivessem posição definida pela UDN ou pelo PSD, mesmo não dependendo desse embate para se manter em suas escolas, sofriam grande pressão do ambiente político e tentavam não ficar contra nenhum dos dois partidos, como foi o caso de Irmã Bartira Constança Gardés, de família rica, nascida em Cuiabá, que se transferiu em 1931 para Campo Grande, onde foi trabalhar no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. Ela relatou que nunca torceu por nenhum governo ou partido

e que tinha amigos em todos eles, citando políticos de partidos opostos no cenário mato-grossense e concluindo: “cada um com sua ideologia e eu com a minha” (ROSA, 1990, p. 91). Referindo-se à rivalidade dos campo-grandenses com Cuiabá, ela acrescentou ainda que, quando chegou a Campo Grande, apesar de ser cuiabana, não foi hostilizada. Ao contrário, como professora das filhas de Vespasiano Barbosa Martins, o líder político de 1932 que se tornou identificado com o divisionismo, ela ganhou o afeto de toda a família. Em raro depoimento que mencionou o episódio e relacionou Vespasiano à divisão, ela relatou que a sua esposa certa vez lhe perguntou de modo apreensivo: “Irmã Bartira, se Campo Grande se separar de Cuiabá, a senhora fica conosco? É claro que não saio daqui [Campo Grande]”, respondeu Irmã Bartira. “Ainda bem, porque meu maior medo é que com a divisão, a senhora quisesse voltar para Cuiabá”, concluiu Celina Barbosa Martins (ROSA, 1990, p. 91).

Em outros momentos o antagonismo do sul contra o norte era percebido nas escolas como Cuiabá representando um poder ausente delas, como, por exemplo, quando Maria Constança expôs as dificuldades de nomeação para a Escola Normal e para o Colégio Estadual, justificando que, mesmo assim, não havia interrupção das aulas, pois ela providenciava logo um substituto que aguardava a nomeação dando aulas meses sem receber, e, por causa dessa demora “o pessoal do sul reclamava muito do norte, havia uma rivalidade incrível entre Cuiabá e Campo Grande, que foi crescendo até explodir na divisão” (ROSA, 1990, p. 91).

O fato é que, na época, a docência não era encarada como uma profissão, com seus direitos assegurados, e, por isto, os professores viviam a instabilidade constante, “a neurose da perda do emprego”, conforme palavras de Flora Thomé. Ela havia sido indicada para lecionar no Ginásio Dois de Julho, em Três Lagoas, e confirma que:

assim que mudava o governo, mudavam todos os cargos de confiança (...). Fui indicada para trabalhar no Estado, em 1961, pela UDN, quando Dr. Fernando Correa da Costa assumiu o poder. Já nesse tempo, quem fosse partidário da situação tinha o seu lugar assegurado. Durante quatro ou cinco anos a pessoa podia ficar tranqüila. À medida que as eleições iam-se aproximando, crescia a neurose da perda do emprego porque quando o poder se revezava, revezavam-se os cargos, quem não comungava da cartilha do poder vigente ia pra rua (...). Em 1965, quando Pedrossian foi eleito, o grupo de professores do Ginásio Dois de Julho, que era filiado à UDN, foi todo demitido. Ninguém reclamava, o fato era aceito até com certa naturalidade. O professor era realmente um porta voz do poder. O governador era o senhor todo poderoso, o mandão, cabendo ao professor cumprir à risca toda a orientação que vinha de Cuiabá. (ROSA, 1990, p. 139)

Constatamos que a instabilidade e a humilhação das demissões que atendiam meramente a interesses político-partidários das elites políticas eram vistas “com naturalidade” pelas próprias vítimas da injustiça. Enquanto isto, essas mesmas elites iam fortalecendo a sua hegemonia no cenário político estadual, aprofundando a rivalidade com Cuiabá e postulando a divisão de Mato Grosso para atender, principalmente, aos seus interesses de classe. E, como a ideo-

logia da classe dominante se torna também a ideologia dominante de toda a sociedade, o discurso regionalista acabou sendo incorporado por grandes parcelas da sociedade como se representasse também o interesse delas. A própria divisão do estado, uma causa sempre incerta e que nunca unira os grupos políticos sul-mato-grossenses, acabou sendo percebida como uma expectativa geral da sociedade, segundo notamos no depoimento da professora Adélia Krawieck, para quem, a divisão “era o nosso grande sonho” (ROSA, 1990, p. 85).

Já aposentada quando concedeu a entrevista, depois de ter trabalhado durante três décadas de manhã, à tarde e à noite, Adélia fez duras críticas ao tratamento de “tia” que presenciava nos anos 1980 para designar os professores. Depois de sua aposentadoria, lembrando da luta de tantos anos de estudos para ser professora, como aceitar tal tratamento? “Não admito que me chamem de tia. Lutei tanto para conseguir meu diploma, que quero o meu título de professora” (ROSA, 1990, p. 85). Guerreira, ela enfrentou a discriminação por ser negra, mas acabou ingressando como aluna normalista em Corumbá, quando, certo dia, perguntou diretamente à Irmã Anita, que ia saindo do Colégio Imaculada Conceição: “Irmã Anita, tenho muita vontade de estudar aí, será que posso?”, ao que ela respondeu que sim, bastava fazer a matrícula. Mas a menina insistiu: “Gente preta assim como eu pode estudar aí?” E a Irmã arrematou: “Claro, aqui não fazemos diferença de cor” (ROSA, 1990, p. 81). Foi de seu depoimento que escolhemos o sub-título desta parte de nosso artigo, “o sobe e desce” na política

mato-grossense, pois ela enfatizou:

Fui sempre demitida por motivos políticos. Fiquei como diretora quatro anos no governo João Ponce de Arruda. Quando mudou a política e entrou o Dr. Fernando Correa da Costa, fiquei quatro anos fora da direção. Voltei a ser diretora no governo do Pedrossian. Como já se estabeleceu em Mato Grosso essa tradição do sobe e desce, de acordo com os partidos políticos, ninguém reclamava, o que valia não era a competência e sim os tempos eleitorais. Todo mundo se acomodava, não havia união de classe, não adiantava gemer. (ROSA, 1990, p. 83)

Conclusão

As instituições escolares da primeira metade do século XX no sul de Mato Grosso viveram dois momentos políticos significativos de sua história, mas produziram percepções parciais deles. No primeiro, os episódios de 1932 não foram percebidos pelos professores da época como uma posição clara de equidistância do sul em relação ao norte, ou pelo menos de Campo Grande em relação à política estadual. Poucos acompanharam e compreenderam o que se passava na cidade, apesar de estarem cotidianamente presentes no Quartel General ou muito perto dele, isto é, no Grupo Escolar Joaquim Murinho. Nenhum dos professores entrevistados percebeu conexão divisionista no movimento de 1932, nem mesmo os que dele participaram, como foi o caso de Múcio Teixeira Júnior. Para eles, tratava-se de uma oposição às ações ditatoriais de Getúlio Vargas. Também não foi mencionado por nenhum deles que Campo Grande tivesse sediado um governo

próprio durante o episódio. Os professores dessa época viveram mais engajados em festividades cívicas, desportivas e culturais do que se interessando por política. As suas instituições escolares, isoladas umas das outras pelas enormes distâncias e dificuldades de comunicação que marcavam a vida em Mato Grosso, convertiam-se em pequenos mundos nos quais os professores passaram anos a fio unicamente envolvidos com a tarefa de ensinar, planejar aulas e corrigir os cadernos de seus alunos, sem qualquer apoio ou estímulo do governo estadual. Conforme fica claro em seus depoimentos, Cuiabá era simplesmente ausente.

Já a época seguinte, que culminou com o golpe de Estado de 31 de março de 1964, foi mais percebida em seus contornos políticos, porém, naquilo que era mais aparente: a disputa renhida entre os dois principais partidos da época (UDN e PSD) e as suas conseqüências diretas na vida das escolas. Ficaram claras as percepções de que eles, os professores, eram vítimas desses embates eleitorais e que nada poderiam fazer contra isso, pois lhes cabia “seguir a cartilha” de quem governava, de quem mandava no estado. Além disso, percebermos também o conformismo por parte da maioria, que até aceitava as demissões como fato natural. A elite dirigente contava com seus partidos políticos, mas os professores apenas com suas instituições escolares, sem qualquer entidade que os representasse. Somente em 1952 foi fundada a Associação Campo-Grandense de Professores (ACP) que, inicialmente, além de ter caráter mais recreativo do que político, foi pouquíssimo citada nos depoimentos. As-

sim, contavam eles unicamente com as suas instituições escolares, nas quais suas vidas transcorriam, dia a dia, ano a ano, trinta, quarenta, cinqüenta anos de dedicação ao ensino, sem comunicação efetiva entre eles próprios, sem reconhecimento por parte do Estado.

Tristes e melancólicos, muitos depoimentos demonstraram ex-professores amargurados pelo esquecimento por parte de todos, incluindo até mesmo as suas queridas instituições escolares, como narrou Adélia Krawieck:

Apesar de ter dedicado toda uma vida ao ensino, nunca fui convidada para qualquer solenidade nas escolas em que trabalhei, nem mesmo na que dirigi durante tantos anos [General Malan]. Parece que o professor é um parafuso na engrenagem – quando não se precisa dele é jogado fora. Também nunca colocaram meu nome em qualquer escola. Gente que nada fez pela educação, é nome de escola. Eu que, durante anos, trabalhei de graça para o Estado (em Jardim, no Território de Ponta Porã), nunca fui lembrada para uma homenagem sequer. (ROSA, 1990, p. 85)

Na mesma linha, lembrou Ayd Camargo: “Não sou chamada para nenhuma atividade nas escolas em que trabalhei. Há uma profunda indiferença por parte do poder público em relação aos aposentados. Depois que deixamos as escolas, ficamos totalmente esquecidos, marginalizados” (ROSA, 1990, p. 85). Com exceção de Múcio Teixeira e Maria Constança, todos os depoentes revelaram a tristeza de se sentirem esquecidos pelas instituições escolares para as quais dedicaram as suas vidas, magoados por nunca serem convidados para qualquer solenidade educacional, e pelo fato de

os seus nomes nunca terem sido dados a uma escola. Raro foi o caso da professorinha cuiabana que chegou a Campo Grande em 1918 para, muitas décadas depois, ver o nome “Maria Constança de Barros Machado” ser conferido à escola que tanto amou, a maior homenagem de sua vida e a que mais lhe comoveu e gratificou. Inversamente, já quase totalmente cego quando concedeu seu depoimento, relatou Luis Alexandre de Oliveira:

Trabalhei mais de 50 anos na educação deste Estado e pouco recebi em troca. Nunca recebi, por exemplo, um convite para qualquer solenidade na Universidade Federal, apesar de dois reitores de lá terem sido meus alunos: Hércules Maymone e Edgard Zardo (...). Também não tenho nenhuma escola com o meu nome. (ROSA, 1990, p. 83)

Isolados em suas escolas, sobrecarregados pelas suas jornadas de trabalho, empobrecendo ano a ano, os professores do sul de Mato Grosso não perceberam que, subjacente às disputas políticas que marcaram a época, havia fortes interesses de classe que transformaram uma causa tênue e quase sem possibilidades de vitória numa ideologia que justificaria a divisão do estado. Mas as instituições escolares e seus professores não tomaram parte no concerto que culminou no dia 11 de outubro de 1977, consagrando vitória à elite agrária sul-mato-grossense que durante todo esse período dispôs da escola, principal instituição social da época, como espaço de legitimação de sua hegemonia. Além disso, a divisão, ao se efetivar, criando o estado de Mato Grosso do Sul, provocou ainda mais depauperamento salarial a esses profes-

res que participaram ativamente da criação das suas primeiras instituições escolares, mas, em vez de reconhecimento, foram desvalorizados perante a nova categoria docente criada na nova unidade federativa, continuando a receber suas parcas aposentadorias pelo estado do qual acabavam de ser apartados.

Notas

¹ Não tivemos acesso ao documento original, por isto utilizamos a transcrição de José Barbosa Rodrigues que menciona os seus signatários, entre os quais os nomes de Bernardo Franco Baís e Manoel da Costa Lima, dois dos maiores fazendeiros do sul de Mato Grosso, que ficariam identificados com o início da história de Campo Grande, fundada em

1872 por José Antônio Pereira. É interessante notar que duas mulheres assinaram o abaixo-assinado: Maria Cláudia de Freitas e Guilhermina de Freitas. ² O Colégio Osvaldo Cruz chegou a ser dirigido, na década de 1930, por Wilson Barbosa Martins e José Fragelli, que eram sócios e amigos. Os dois se tornariam políticos marcantes de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, sendo que o segundo deixou a escola para ingressar na vida política, enquanto o primeiro retardou um pouco mais essa decisão, de acordo com depoimento de José Fragelli: “depois veio a guerra e o Dr. Wilson foi ser soldado [...]. Quase que se pode dizer que vendemos o colégio para entrar na política. Pelo menos foi o meu caso. Não tanto o dele, que já tinha boa advocacia” (BITTAR, 1997, v. 2, p. 409).

³ Sobre o assunto, consultar: BITTAR, Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído, 1997; BITTAR, Geopolítica e separatismo na elevação de Campo Grande a capital, 1999.

Referências

BITTAR, Marisa. Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído. São Paulo: USP, 1997, 548 p. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1997. v. 2.

BITTAR, Marisa; FERREIRA Jr., Amálio. De freguesia a capital: 100 anos de educação em Campo Grande. In: CUNHA, Francisco Antonio Maia da (Coord.). Campo Grande: 100 anos de construção. Campo Grande: Matriz Editora, 1999. p. 169-194.

BITTAR, Marisa. Geopolítica e separatismo na elevação de Campo Grande a capital. Campo Grande: Editora da UFMS, 1999. (Coleção Fontes Novas. Especial 100 anos de Campo Grande).

FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. Memória social. Tradução: Telma Costa. Lisboa: Editorial Teorema, 1992.

LIGA SUL MATOGROSSENSE. Pela divisão do estado de Mato Grosso: representação dos sulistas ao Congresso Nacional Constituinte. São Paulo: Estabelecimento Gráfico Cruzeiro do Sul, 1934.

MACHADO, Paulo Coelho. Arlindo de Andrade. Primeiro juiz de direito de Campo Grande. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1988.

MARTINS, Wilson Barbosa. Divisão foi um sonho que mobilizou o Sul. Correio do Estado. Campo Grande, 10 out. 1995, p. 4. (Entrevista).

MATO GROSSO. Poder Legislativo. Lei n. 3027, de 28 de abril de 1971. Concede denominações aos Estabelecimentos de Ensino que menciona e revoga a Lei n. 2603, de 28 de janeiro de 1966. Diário Oficial, Cuiabá, 30 de abril de 1971.

MELO e SILVA, José de. Canaã do Oeste (sul de Mato Grosso). Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1989.

RIBEIRO, Lélia Rita de Figueiredo. O homem e a terra. s/d, s/l.

RODRIGUES, José Barbosa. História de Campo Grande. São Paulo: Editora Resenha Tributária, 1980.

RONDON, Antônio et al. A divisão de Mato Grosso: resposta ao general Rondon. Maracajú: Liga Sul-Mato-Grossense, 1934. 35 p.

ROSA, Maria da Glória Sá. Memória da cultura e da educação em Mato Grosso do Sul: histórias de vida. Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 1990.

Recebido em 30 de abril de 2008.

Aprovado para publicação em 26 de maio de 2008.

